

## A TAXONOMIA DOS MAIS-QUE-ANIMAIS: UMA ANÁLISE CRÍTICA ANIMAL DOS DISCURSOS TRANS-PATOLOGIZANTES

*THE TAXONOMY OF THE MORE-THAN-ANIMALS: A CRITICAL ANIMAL ANALYSIS OF TRANS-PATHOLOGIZING DISCOURSES*

Isabelly Cabral<sup>1</sup>  
Daniel Judá Lima de Oliveira<sup>2</sup>  
Thalita Suyane Costa Silva<sup>3</sup>  
Jailson José Gomes da Rocha<sup>4</sup>

**Resumo:** no intuito de construir uma ponte entre os feminismos decoloniais e os estudos críticos animais, apresentamos neste estudo a “Taxonomia dos Mais-que-animais”, uma divisão taxonômica irônica criada com base em características bioculturais hegemônicas dos seres humanos, aqui exemplificadas pela homo/transfobia, mas com potencial discursivo para se expandir em outras características segregantes semelhantes. Esta divisão separa os zoo-seres em três categorias: Animais, Re-animais e Mais-que-animais, e servirá como uma metáfora para demonstrar a forma com a qual as pessoas não-cisgêneras são atravessadas por um processo de “Re-animalização” através do status de patologia designado pelos órgãos internacionais de medicina. Para tanto, foi realizada uma análise do discurso subjacente aos textos sistematizadores de diagnóstico: A Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID - 11), e o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM - 5). Com o auxílio da metáfora da taxonomia dos mais-que-animais, foi possível identificar e explicitar os mecanismos sociais e discursivos que subalternizam as pessoas não-cisgêneras por meio de retóricas médicas, que, por sua vez, produzem e reforçam preconceitos e legitimam políticas públicas violentas em um contexto mundial.

**Palavras-chave:** despatologização; animalização; re-animalização; queer; transgeneridade.

**Abstract:** in order to build a bridge between decolonial feminisms and critical animal studies, we present in this study the “Taxonomy of More-than-animals,” an ironic taxonomic division created based on hegemonic biocultural characteristics of human beings, here exemplified by homo/transphobia, but with discursive potential to expand into other similar segregating characteristics. This division separates zoo-beings into three categories: Animals, Re-animals, and More-than-animals, and will serve as a metaphor to demonstrate the way in which non-cisgender people are traversed by a process of “Re-animalization” through the status of pathology designated by international medical organizations. To this end, an analysis of the discourse underlying the systematizing diagnostic texts was carried out: the International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems (ICD-11), and the Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-5). With the help of the metaphor of the taxonomy of more-than-animals, it was possible to identify and explain the social and discursive mechanisms that subordinate non-cisgender people through medical rhetoric, which, in turn, produces and reinforces prejudices and legitimizes violent public policies in a global context.

**Keywords:** depathologization; animalization; re-animalization; queer; transgenderity.

<sup>1</sup>Graduada em Biotecnologia, atualmente mestranda em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, ambos pela Universidade Federal da Paraíba. Desde a graduação se especializa em temas relativos à Bioética e Estudos de Gênero em uma perspectiva transdisciplinar.

<sup>2</sup>Graduando em Biotecnologia pela Universidade Federal da Paraíba/Brasil, membro do Observatório de Bioética e Direito Animal (OBDA/UFPB).

<sup>3</sup>Mestrando pelo Programa de Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH) pela UFPB. Graduado em Psicologia pela Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco, Petrolina - PE.

<sup>4</sup>Docente da Universidade Federal da Paraíba; Coordenador do Observatório de Bioética e Direito Animal (OBDA/UFPB); Membro do Programa de Pós Graduação Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH/UFPB).

## 1 INTRODUÇÃO

O Naturalismo Ocidental (Descola, 2016), enquanto visão de mundo que atribui ao humano um espaço de primazia frente ao não-humano, supõe relações inscritas no dualismo Natureza/Cultura. Descola cria esta categoria partindo da noção ocidental hegemônica de que tudo o que é enquadrado como material/cultural/social é um pressuposto exclusivo dos humanos. Por consequência, aos demais seres, resta aquele espaço-tempo tido como inscrito na Natureza, como inferior, desprovido da dimensão do espírito, instintivo, animalesco. Como se a experiência humana, especialmente, em sua forma masculina, branca, heterossexual, cisgênera e europeia fosse *per se* “A experiência”.

Desta maneira, a experiência não-humana, como descrita por Descola, é retratada ostensivamente como uma experiência de ausência, desqualificada. Há uma projeção ideológica das sociabilidades humanas como superiores às dos animais. A fim de denotar esta pretensão de superioridade, denominamos aqui, ironicamente, estes seres autoproclamados “superiores” como “mais-que-animais”.

A ideia de que seres que não humanos são, por natureza, inferiores, e que, podem ser divididos sob a lógica de uma hierarquia de importância, é o que Peter Singer (2010) chama de Especismo. Esta categoria analítica, de acordo com a perspectiva do autor, pode ser comparada a realidades sociais como o racismo e a misoginia, que por sua vez, dividem porções sociais humanas na mesma lógica hierárquica, favorecendo o ideal de ser dos mais-que-animais.

Sob essa perspectiva, podemos traçar uma intersecção entre a ideia de inferioridade imputada aos demais zoo-seres<sup>5</sup> com quem dividimos o planeta, e as opressões sofridas por determinadas porções da sociedade humana, em especial pessoas dissidentes ao binarismo de gênero e à cisgeneridade.

Sendo assim, admitimos, para os fins desta pesquisa, que as pessoas não-cisgêneras passam por um processo de “re-animalização”<sup>6</sup>, uma vez que reconhecemos que houve um processo histórico colonizador no qual o ser humano, foi discursivamente (Foucault, 1996) construído para se distanciar ontologicamente dos outros zoo-seres.

Entender este processo é entender que a transcendência do ser humano a um patamar superior, produziria um senso de igualdade entre os humanos (humanidade), e, por consequência, um preciosismo humanista aos moldes renascentistas levados ao pé da letra. Contudo, os interesses colonizadores dos corpos, dos saberes e dos seres (Quijano, 2005;

<sup>5</sup> Propomos a categoria “zoo-seres” com o objetivo de desestabilizar a dicotomia animal/humano para reconhecer a condição de animalidade dos seres humanos reinserindo-os na categoria biológica de animais.

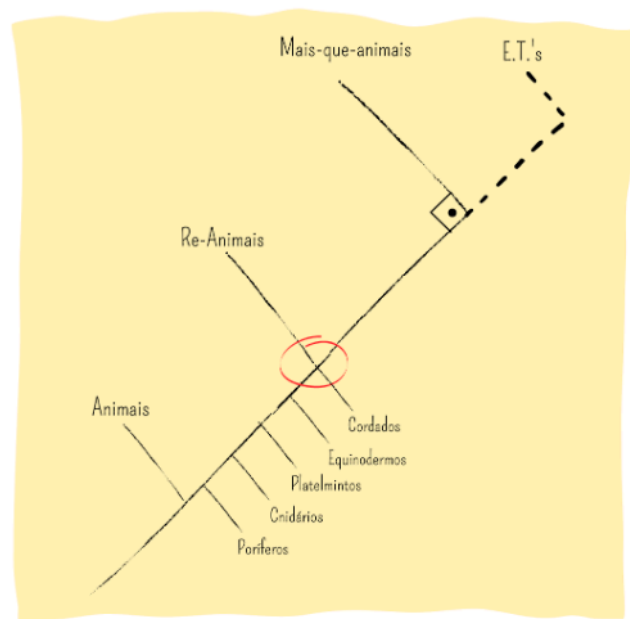
<sup>6</sup> Compreendemos que as pessoas subalternizadas passam pelo processo de “re-animalização”, tendo em vista que seu valor social é visto como inferior, semelhante ao valor atribuído aos animais não humanos. Este processo complexifica sua experiência, tendo em vista que assumir suas identidades subalternas é também “perder sua humanidade” frente à ordem hetero/cisnormativa hegemônica.

Mignolo, 2017; Maldonado-Torres, 2008) transformaram a história ocidental humana em uma história de desigualdade, violência e eugenia<sup>7</sup>.

Portanto, ao passo em que se transcende uma forma específica da existência humana (branca, europeia, masculina, heterossexual e cisgênera) ao patamar superior de “Mais-que-animais”, se produz na mesma lógica hierárquica apresentada por Singer (2010) na categoria de “Re-animais” seres passíveis de violências institucionalizadas, tal qual os animais, com quem eles voltam a dividir o patamar de inferioridade, a medida em que não se identificam com as normas da sociedade que discrimina diferenças que são ontologicamente inalienáveis, sua carne, sua vivência, seu ser.

Dessa maneira, de acordo com o retrato biocultural<sup>8</sup> que encontramos na sociedade humana, podemos identificar três sub categorias de zoo-seres: os animais, os mais-que-animais e os re-animais. Esta taxonomia provavelmente não será encontrada nos livros de biologia, entretanto, com ela, objetivamos retratar mais fielmente a sociedade dos “mais-que-animais”, o Naturalismo Ocidental (Descola, 2016).

FIGURA 1 - Árvore Filogenética dos Mais-que-animais  
A Taxonomia dos Mais-que-animais



Fonte: Autores (2023)

<sup>7</sup> A Eugenia foi considerada um ramo de alto impacto da ciência biológica especialmente entre o final do século XIX e o início do século XX, quando Francis Galton, seu criador, reuniu conhecimentos Darwinistas e Mendelianos em uma teoria que atribuía valores diferentes a indivíduos de origem diferentes, com base na crença de que a inteligência, força física, beleza, possibilidade de ascensão social e outras características subjetivas eram herdadas por indivíduos considerados “bem nascidos”. Após os eventos do Holocausto durante a segunda guerra mundial, a eugenia perdeu força enquanto ciência, tendo em vista seu potencial destruidor como ideologia. Além disso, com o passar do tempo, a ciência genética desmentiu suas afirmações “científicas”. Contudo, seu lastro de destruição e sua potência enquanto aparelho ideológico violento, seguem produzindo efeitos na sociedade até hoje.

<sup>8</sup> O termo Biocultural é uma maneira de agregar os significados de Natureza e Cultura em um único termo, a fim de suprimir a própria binarização especista do mundo, que reproduz um discurso baseado em uma lógica separatista entre humano e natureza.

A figura acima retrata um esboço de como estariam organizados os zoo-seres em uma árvore filogenética com base nos caracteres bioculturais humanos descritos anteriormente. Começando pela divisão já existente dos animais: Poríferos, Cnidários, Platelmintos, Equinodermos e Cordados. Nesta ordem obrigatoriamente.

A ordem é importante, pois, denota os níveis na hierarquia especista da taxonomia, que até aqui, não se diferencia em nada daquela ensinada nas escolas. Esta hierarquia é justificada por características físicas consideradas - pelos humanos - aquelas de maior evolução e justifica a organização “crescente” na imagem acima.

Na escola, aprenderíamos que os seres humanos são animais “Cordados”, e, portanto, evolutivamente não poderiam ser separados em um novo Filo<sup>9</sup>, como representado na imagem. Contudo, os “mais-que-animais”, enquanto referenciais de superioridade, no mais alto patamar evolutivo, é marca de uma “licença poética” que tomamos para representar graficamente o fenômeno descrito anteriormente. Afinal, esta divisão já se dá juridicamente e epistemologicamente, por exemplo.

Em patamar de igualdade e destacado no desenho, temos os animais cordados (animais que possuem coluna vertebral), e os re-animais. Nesta categoria de re-animais, encontramos seres que poderiam ser enquadrados como mais-que-animais, entretanto, ao passar pela degradação sistemática descrita anteriormente, se encontram em patamar de inferioridade. Neste ponto de intersecção marcado na figura, o especismo encontra a Homo/Transfobia, a Misoginia, o Racismo e a Eugenia.

Um aspecto biocultural das abelhas, por exemplo, refere-se à forma como se organizam para a construção das suas colméias e, no caso dos bichos-preguiça, a maneira como promovem relações de mutualismo com bactérias e fungos para se manterem livres de doenças e parasitas. Em relação ao ser humano, o preconceito se tornou um aspecto biocultural que possui aptidão para ditar a ascensão ou exclusão dos indivíduos à ordem hierarquicamente dita “natural” de sua sociedade. Algo como o que diz Preciado (2014), quando fala sobre a exclusão sistemática dos corpos ditos erráticos a favor de uma sociedade com bases e valores hetero-cis-normativos.

Desta forma, estes seres ditos erráticos são involuídos compulsoriamente à categoria de re-animais, e, especialmente falando sobre a questão da não cisgeneridade, utiliza-se patologização, ou quaisquer desculpas que lhes pareçam “cientificamente” plausíveis, aos moldes da ciência eugênica para ratificar este status de inferioridade.

No século XIX, bastava uma menor circunferência dos crânios para se fazer o mesmo às mulheres, ou no século XVI, uma maior quantidade de melanina na pele para justificar a subjugação de povos inteiros a outros exatamente iguais. Por meio desta análise é possível enxergar como esta realidade não mudou durante toda a história humana.

<sup>9</sup>Um “Filo”, é uma unidade taxonômica que agrupa organismos com características físicas, anatômicas, fisiológicas e evolutivas similares.

Aliás, foi a ideia de superioridade perante os animais, tratamento que hoje se estende aos que aqui denominamos de re-animais, que ofereceu sentido e passabilidade social às discriminações dentro da própria sociedade humana, ou como observa Lugones (2014), ofereceu um código de diferenciação, que dita quem é digno de ser humano, ou ao menos, de ser tratado como um.

Cabe aqui acrescentar que de cima de seu trono taxonômico, os mais-que-animais se sentem ameaçados apenas pela remota possibilidade de uma aparição alienígena (representada pela linha tracejada na figura) que poderia então lhes dar “xeque-mate” dentro de seu próprio jogo bélico, como assistimos dezenas de vezes nas mais diversas obras de ficção científica imaginadas pelos sapiens.

A partir disso, podemos refletir sobre a relação conceitual da “re-animalização” das pessoas não-cisgêneras com a negação do status de “sujeito de direito” aos animais, traçando um paralelo nítido entre os estudos de gênero e os estudos críticos animais. Para tanto, tendo ainda como base a observação de Lugones, de que o código de diferenciação humano/não-humano, fundamental para entendermos que o processo de animalização que se promove aos seres dissidentes, é parte de uma estratégia de Colonialidade do Ser<sup>10</sup>.

Esta dicotomização hierárquica, faz a manutenção do poder nas mãos de uma porção social opressora que promove um processo de colonização das identidades, ao passo que bestializa, desclassifica e violenta os seres que diferem de si, seja humano ou não-humano.

Compreendendo a colonização do ser enquanto consequência da colonização do saber, constatamos que os mais-que-animais instrumentalizam a linguagem de forma a criar e perpetuar um senso comum parametrizado pelo preconceito, estratificando a população em existências permitidas ou silenciadas.

Portanto, ao longo deste artigo, utilizamos da Análise Crítica de Discurso (ACD) no intuito de explicitar as retóricas presentes em textos que regulamentam comportamentos que são considerados patológicos. Desta forma, ilustramos os mecanismos linguísticos com os quais outras formas de expressão das identidades de gênero são controladas pelas instituições sistematizadoras de conhecimento médico, tendo em vista que, por meio de um diagnóstico, estas instituições eliminam o risco de contestação ao biopoder<sup>11</sup> que exercem sobre todos os seres taxonomicamente previsíveis.

<sup>10</sup>A Colonialidade do Ser é um conceito cunhado por Walter Dignolo (2003) e posteriormente aprofundado por outros pensadores como Nelson Maldonado-Torres (2008), que a definem como um tipo de colonialidade proveniente das colonialidades do poder e do saber (antes descritas por Anibal Quijano (2005)). Uma vez que segundo Dignolo (2003) apud Torres (2008), “as línguas não são algo que os seres humanos têm, mas algo de que os seres humanos são, a colonialidade do poder e a colonialidade do conhecimento engendraram a colonialidade do ser.” Portanto, ao promoverem um processo de colonialidade de coisas como o “poder” e o “saber”, os mais-que-animais colateralmente colonizaram os outros zoo-seres ao seu molde.

<sup>11</sup>Biopoder é um conceito cunhado pelo filósofo francês Michel Foucault. Trata-se de um poder que resulta do controle dos corpos com base em suas características e necessidades biológicas, a fim de submetê-los a uma lógica capitalista-liberal de existência.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A Análise do Discurso (Resende e Ramalho, 2010) é uma ferramenta transdisciplinar que promove o encontro entre linguística, marxismo e psicanálise. Esta abordagem de análise de dados se propõe a coletar informações acerca do discurso “dito” e “não-dito”, presente no texto a ser analisado.

Note-se que norteamos o conceito de discurso para este trabalho em Foucault (2008), tendo em vista a seguinte análise:

Todo discurso manifesto repousaria secretamente sobre um já-dito; e que este já-dito não seria simplesmente uma frase já pronunciada, um texto já escrito, mas um “jamais-dito”, um discurso sem corpo, uma voz tão silenciosa quanto um sopro, uma escrita que não é senão o vazio de seu próprio rastro. Supõe-se, assim, que tudo que o discurso formula já se encontra articulado nesse meio-silêncio que lhe é prévio, que continua a correr obstinadamente sob ele, mas que ele recobre e faz calar. O discurso manifesto não passaria, afinal de contas, da presença repressiva do que ele diz; e esse não-dito seria um vazio minando, do interior, tudo que se diz (Foucault, 2008, p. 28).

Desta maneira, a Análise do Discurso (AD) entra como uma ferramenta capaz de trazer à tona os “não ditos” dos discursos, avaliando a virtuosidade dos argumentos. O modelo de AD escolhido é o modelo Tridimensional de Fairclough (2001), descrito por Ramalho e Resende (2004), no qual se divide a análise em três dimensões complementares: o Texto, que examina aspectos linguísticos como vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual; a Prática Discursiva, que aborda a produção, distribuição e consumo do texto, incluindo atos de fala (força), conexões ideológicas (coerência) e relações entre textos e discursos (intertextualidade e interdiscursividade); e a Prática Social, que explora os aspectos ideológicos e hegemônicos, avaliando como o discurso reflete e influencia disputas econômicas, políticas e culturais, além de carregar significados ideológicos por meio de palavras, metáforas e estilos.

A partir destas definições, analisamos minuciosamente discursos que regulamentam a patologização das identidades não-cisgêneras, relacionando suas origens com a lógica ocidental especista que re-animaliza alguns corpos humanos a favor da manutenção de um padrão único de existência. Dois textos sistematizadores foram escolhidos, a 11ª versão do CID (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde), e a 5ª versão do DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais). Estes textos foram selecionados tendo em vista características como: aceitabilidade internacional enquanto referências para diagnósticos e definições de patologias. Fácil e livre acesso tanto às versões atuais, quanto às anteriores, permitindo uma análise que não se resumisse às versões atuais e ajudando na construção de um argumento sólido em diálogo com as versões anteriores.

Partindo da hipótese de que a patologização das identidades não-cisgêneras demonstrada nestes documentos é uma estratégia de re-animalização das existências dissidentes, a análise do discurso foi aplicada para identificar juízos discursivos que confirmam esta hipótese. Demonstrando o empenho de parcelas sociais em produzir e assegurar que tais existências são patológicas, argumentamos e sustentamos tal despatologização.

Para cumprir tal propósito, a análise do discurso se deu em três fases complementares. Note-se que as fases descritas a seguir não se limitam assepticamente às dimensões apresentadas por Fairclough (1992). Na verdade, cada etapa incorpora as três dimensões em diferentes momentos da análise.

A primeira etapa objetiva discutir os pontos além-texto, oferecendo um *background* sobre as instituições a quem são creditadas as autorias, situando social e temporalmente o texto aos moldes da crítica dialética de Marx e Engels (2007).

A segunda fase refere-se a utilização de um dos instrumentos metodológicos clássicos da análise de discurso, a Nuvem de Palavras. Esta forma de análise extrapola a discussão linguística, trazendo elementos visuais que auxiliam na forma com a qual se analisa o texto, explicitando as palavras mais recorrentes dentro dele no intuito de provocar o pensamento sobre a presença e a escolha dos termos utilizados com mais, menos ou nenhuma frequência. Com o auxílio desta ferramenta, objetivamos demonstrar padrões linguísticos que revelam as “pedras fundamentais” do discurso, ou seja, as ideias basais para a formulação do argumento de patologização e suas ideologias intrínsecas.

Por último, a terceira fase consiste na análise dos dados obtidos e no questionamento frente à memória discursiva que evocam. De Tílio e Calegari (2019, p. 2295) definem memória discursiva como tudo o que já foi dito sobre um assunto/ideia e acumulado, porém passível de esquecimento, pela experiência coletiva. Em outras palavras, com este conceito, buscamos explorar os interdiscursos escondidos, identificar práticas discursivas como eufemismos e hipérboles, que podem construir discursivamente comportamentos e tratamentos que reforçam as desigualdades sociais denunciadas.

### **3 FASE 1 DA ANÁLISE: RASTREANDO AS INFORMAÇÕES**

No início da análise, constatou-se que o DSM e o CID são de autoria atribuída a instituições, a Associação Americana de Psiquiatria (APA) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), respectivamente. Dentro do panorama da Análise do Discurso, vê-se este fato como uma manobra discursiva chamada “Blindagem Institucional” que de algum modo, protege os autores do texto de possíveis críticas através de uma despersonalização criada de maneira proposital, além de legitimar o discurso pela integridade que é atribuída à instituição, o que conseqüentemente, “blinda” os autores de diversas responsabilidades em relação ao discurso subjacente aos textos institucionais.

O conceito de Lugar de Fala discutido por Djamila Ribeiro (2017), abriu espaço para questionarmos a autoria do discurso sobre a necessidade de experiência pessoal da dita “patologia” para discutir o assunto em sua completude. Contudo, apesar de vozes com experiência do ponto de vista pessoal serem de imprescindível relevância, houve uma constatação de que esta própria demanda é prejudicada pelos moldes sociais que segregam suas existências.

Por consequência, a estas pessoas é negado o direito à voz e à participação ativa em decisões que tanto lhes afetam<sup>12</sup>. Isto ocorre por meio do que Aníbal Quijano (2005) denomina como “Colonialidade do Saber”, uma nuance da Colonialidade do Poder, que determina quais epistemologias são dignas de respeito e quais vozes são dignas de serem ouvidas por meio de um critério aliado aos interesses branco, masculino, heterossexual e eurocêntrico.

Contudo, não se pode ignorar a capacidade de elucidação do tema por pessoas de diferentes lugares de fala, que dentro de sua própria perspectiva, contribuíram para a teoria *queer*<sup>13</sup>, apesar de não falarem de experiência própria.

A partir disso, percebe-se a necessidade de abranger a discussão dos temas que tocam a humanidade nos mais diferentes âmbitos da vida, com as mais diferentes pessoas, uma vez que infelizmente, o destino das pessoas LGBTQIAPN+<sup>14</sup>, raramente é determinado por pessoas pertencentes à comunidade. Isto ocorre graças à colonialidade e a centralização do poder nas mãos da elite hegemônica. Desta maneira, trazer a discussão à luz nos mais diferentes ambientes é também re+(des)+organizar a organização que legitima a cisgeneridade como norma que define os padrões de moralidade, família, sexo e gênero (Vergueiro, 2016).

Em adição, a construção de um texto que possui caráter normatizador é feita por membros de uma única instituição, não reconhecendo a pluralidade e provocando a despersonalização da discussão, que a partir de então, é julgada pelo senso comum e por tecnologias sociais<sup>15</sup> que são ostensivamente tratadas como “naturais”.

Quanto ao público-alvo, os dois textos se diferenciam. No caso do DSM, são profissionais que realizam os diagnósticos dos “Transtornos Mentais” listados no conteúdo do manual. Já o CID, possui como público alvo representantes dos países-membros que subsidiam a OMS - países que por sua vez, utilizam o CID como texto-base para a formulação de seus próprios manuais e legislações derivadas da necessidade sistematizadora de cada caso específico.

<sup>12</sup> Embora seja tão complexa a subversão dos padrões que impedem estruturalmente a participação das pessoas não-cisgêneras à produção científica, pode-se destacar a representatividade a partir de autores como Leticia Nascimento, Viviane Vergueiro, Paul Preciado, Sofia Favero, Jota Mombaça e Akwaeke Emezi.

<sup>13</sup> Teoria queer diz respeito à uma corrente teórica que afirma que as orientações sexuais, identidades de gênero e diversas expressões do sexo são tecnologias sociais, portanto, não necessariamente intrínsecas à natureza de forma fixa conforme a ideia ocidental e binária de sexo e gênero.

<sup>14</sup> Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Interssexo, Assexuais, Pansexuais, Não-binários.

<sup>15</sup> Uma tecnologia social diz respeito a um dispositivo social que transforma a vivência de um indivíduo perante a sociedade. Paul Preciado (2014) descreve o gênero enquanto uma tecnologia social, através da qual a sociedade “decifra” o indivíduo encaixando-o na definição de “homem” ou “mulher” perante uma leitura fenotípica e/ou anatômica.



Em relação ao DSM, devido ao caráter mais específico do público-alvo, existe uma maior “liberdade” sobre as decisões tomadas pelos profissionais a quem o texto se dirige. Entretanto, sua influência está na reputação adquirida por osmose ao atribuir sua autoria à APA, o que confere um caráter de inquestionabilidade além de uma blindagem ética e jurídica aos profissionais que escolhem alinhar sua moral de trabalho aos conhecimentos inquestionáveis oferecidos pelo DSM.

O CID produz um efeito semelhante, contudo, sua influência é mais abrangente e produz resultados mais profundos na própria estrutura constituinte das normas dos países adeptos. Portanto, o CID possui um papel fundamental na institucionalização do preconceito, fazendo com que as ideias a ele alinhadas, sejam incorporadas em normas que consolidam o estigma da patologização.

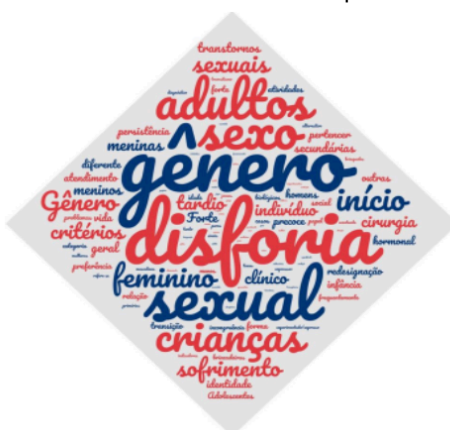
## 4 FASE 2 DA ANÁLISE: SOBRE OS TEXTOS

### 4.1 NUVEM DE PALAVRAS

Partindo destas informações, propomos a “Nuvem de Palavras” como forma de análise. Essa põe em evidência as palavras que surgem com mais frequência no texto, e explicita a memória discursiva por trás dos termos mais recorrentes. Para a criação da seguinte nuvem de palavras, foram separadas do capítulo destinado à “Disforia de Gênero” do DSM-5 apenas as palavras repetidas pelo menos cinco vezes ao longo do texto, com exceção de elementos de coesão textual, organizados no formato de losango intencionalmente para alinhar as palavras mais frequentes no centro da imagem.

Algumas das palavras mais recorrentes no texto são respectivamente “Gênero” (235 vezes); “Disforia” (116 vezes); “Indivíduo(s)” (67 vezes); “Transtorno” (38 vezes); “Desejo” (27 vezes) e “Pertencer” (10 vezes). Além disso, diversas variações do verbo “Designar” aparecem 42 vezes. A seguir, serão apresentados argumentos que questionam a escolha das palavras específicas que se apresentam de forma recorrente ao longo do texto.

FIGURA 2 - Nuvem de Palavras a partir do DSM



Fonte: Autores (2023)

### 4.1.1 GÊNERO

“Gênero” é a palavra que aparece com maior frequência ao longo do capítulo. A repetição deste termo indica uma necessidade de reafirmação da tecnologia social de gênero enquanto norma vigente que dá coerência aos dados apresentados pelo texto. Sendo a própria existência desta “patologia” limitada pelos dados culturais performáticos que compõem/formam o que se conhece como “gênero”, a repetição desta palavra ajuda a perpetuar a ideia do gênero como algo “natural” e básico, inerente à discussão, portanto, sua estrutura permaneceria inquestionável.

### 4.1.2 DISFORIA

Em seguida, “Disforia” foi a segunda palavra mais mencionada e parece ser a escolha desta versão do DSM para substituir palavras que diretamente sugerem a ideia de patologização, como “Transexualismo” e “Incongruência Sexual”, utilizadas em versões anteriores e que, devido às críticas e polêmicas geradas que questionaram a credibilidade do texto, foram substituídas. Assim, identificamos a disposição dos autores em modificar a estrutura léxica do texto, embora ainda demonstre uma negligência com a memória discursiva que o texto evoca, não levando em consideração a taxonomia transfóbica dos mais-que-humanos e seu biopoder sobre os indivíduos re-animalizados.

Sendo “Disforia” o antônimo de “Euforia”, o DSM o utiliza como forma de descrever uma sintomatologia que ele mesmo sugere, de que todos os que não se enquadram ao padrão cisnormativo, são acometidos de um sofrimento patológico inevitável. Na realidade, sabe-se que isso não pode ser generalizado, e não há comprovação de que esta disforia é patológica ou mesmo se é intrínseca a todos os casos. Dessa forma, o DSM cria esse estigma à população não-cisgênera, pautado em argumentos políticos/ideológicos e técnicos intencionalmente postos para ignorar a possibilidade de esta “disforia” estar relacionada a questões culturais e sociais de marginalização.

### 4.1.3 INDIVÍDUO

Sendo a marcação de gênero parte comum da língua portuguesa, o termo “indivíduo” revela uma tentativa de afastamento da necessidade linguística de identificar gênero, uma manobra linguística adequada para situações como esta, utilizada no intuito de respeitar as diversas identidades sobre as quais o texto fala. Contudo, este termo também provoca uma despersonalização e até mesmo reitera o processo de re-animalização, uma vez que em pesquisas e artigos científicos, os animais de laboratório são referidos como “indivíduos”, uma forma de relembrar uma imparcialidade científica supostamente intrínseca ao processo, que ao fim, resultará no sacrifício do animal. Sendo assim, trazendo à tona a memória discursiva atribuída ao termo, pode-se detectar uma repetição dessa manobra persuasiva

que distancia o ser da palavra, com a falsa promessa de objetividade. Consequentemente a utilização deste termo traça um paralelo entre a cobaia animal e os re-animais patologizados, tornando ambos impassíveis de luto.

#### **4.1.4 TRANSTORNO**

A palavra “Transtorno” também se repete, sendo um indicativo da verdadeira intenção do DSM por trás das nomenclaturas eufemistas utilizadas previamente. Apesar de que, em muitas vezes o DSM utiliza termos como “disforia” e “sofrimento”, por exemplo, para descrever identidades não-cisgêneras, a presença do termo “transtorno” denota a patologização por trás desses eufemismos, evocando a ideia de “perturbação” ou “inadequação”. Isto não necessariamente é a realidade, uma vez que o fato de uma pessoa não condizer com a identidade e/ou gênero imposto que lhe fora designado, não indica nenhuma relação de causalidade com algum transtorno ou patologia. Na verdade, o que deve ser questionado - e tem sido de maneira intensa -, é o controle biopolítico e como este escolhe normas de existências específicas antes mesmo que o próprio indivíduo tenha noção de sua corporalidade. Tal controle sobre os corpos corrobora e reforça a pré-suposição de que estas normas são imutáveis.

Esta pré-suposição é peça chave para compreendermos a taxonomia do saber diante da óptica dos mais-que-animais. Aqui está a memória discursiva fundamental para promover sofrimento psicológico aos re-animais, fazendo com que estes se limitem à ideia cis e binária de gênero e se reconheçam como “transtornados”. A ancoragem do saber dos re-animais à cisgeneridade e ao binarismo de gênero é um dos fatores que limita suas escolhas durante a vida e os põe em alerta o tempo todo, provocando a tal “disforia” muitas vezes, não por insatisfação pessoal, mas por uma pressão social para esconder suas deformidades que são produzidas frente ao conceito subtrativo de gênero da taxonomia dos mais-que-animais.

#### **4.1.5 (RE)DESIGNAR**

Além disso, diversas formas do verbo “designar” aparecem, provocando a ideia de incongruência (palavra também utilizada 11 vezes) e que infere a existência de uma forma “correta” de ser. Portanto, sendo as identidades não-cisgêneras uma forma “incongruente” de ser, deve-se designar de volta à forma correta para que a pessoa exista de acordo com os padrões socioculturais do paradigma vigente.

A palavra “Redesignação” é uma das nomenclaturas utilizadas na medicina para definir o processo cirúrgico que constrói uma vagina a partir do pênis. No entanto, o DSM estimula um estigma de necessidade cirúrgica e de tratamentos hormonais para a “Designação correta” dos órgãos - tidos como sexuais - e gênero de uma pessoa não-

cisgênera, pois, seguindo esta lógica, esses órgãos sexuais estão exclusivamente ligados ao fenótipo definido socialmente como feminino ou masculino. Portanto, é possível que uma pessoa trans que tenha realizado a cirurgia de redesignação ou readequação sexual, tenha uma maior legitimidade social quando comparada às pessoas que não fizeram cirurgia ou não se hormonizam.

Esta ideia transforma o papel da cirurgia, que deveria ser de ferramenta opcional, em um caminho para a ratificação da norma - há pessoas trans que não desejam passar por processos cirúrgicos e/ou hormonioterapias, além de que há uma pluralidade de corpos que ultrapassam o binário. Para além da negação do poder de escolha, a cirurgia de “redesignação sexual” como é chamada, é uma cirurgia dispendiosa, o que restringe as opções de uma população marginalizada e mantém viva a indústria farmacopornográfica<sup>16</sup> sob o pretexto de não legitimação e segregação de pessoas que muitas vezes até gostariam de se submeter a um processo cirúrgico, entretanto, o acesso a estes protocolos médicos, tanto hormonais quanto cirúrgicos, são limitados por questões de classe social e falta de um sistema de apoio seja pessoal ou governamental.

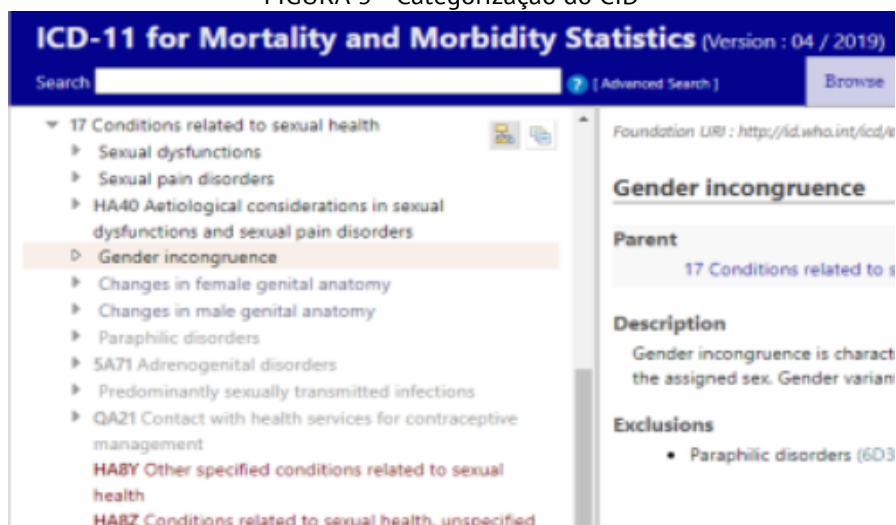
## 4.2 SOBRE O CID

Como discutido anteriormente, o CID difere bastante do DSM quanto à função. Por isso, seu conteúdo é apresentado de forma mais direta e concisa, o que diminui a utilização de manobras linguísticas que eufemizam a proposta de patologização. Isso se confirma pelo próprio título, que na versão do CID-11 (versão: 04/2019, acessada em 23/07/2020) se refere às identidades não-cisgêneras como “Incongruência de Gênero”, revelando uma problemática evidente que reputa uma “incongruência” com a dita normalidade às pessoas não-cis.

Todavia, antes mesmo de chegar na sessão destinada à “Incongruência de Gênero”, o interlocutor se depara com a categorização na qual está ela inserida, a de “Condições Relacionadas à Saúde Sexual”.

<sup>16</sup> A Indústria Farmacopornográfica é como Paul Preciado (2018) define o conjunto de atividades mercantis alimentadas pela ideia hegemônica do binarismo de gênero. Tornando a ideia de “homem” ou “mulher”, algo literalmente comprável, seja através de fármacos, procedimentos estéticos ou próteses, o indivíduo afirma sua identidade de gênero perante à sociedade binária e binarista, à qual ele quer pertencer.

FIGURA 3 - Categorização do CID



Fonte: Organização Mundial da Saúde (2024)

Uma problemática emergente nesta categorização, refere-se ao fato de que a identidade de gênero não está relacionada à saúde sexual, uma vez que esta última é relacionada exclusivamente com a prática sexual. Isto é, independentemente do papel sociocultural de gênero que este ou o parceiro deseje expressar, sua saúde sexual está apenas relacionada a esta pessoa praticar ou não atividades sexuais, assim como aos processos fisiológicos saudáveis consequentes, algo que não é intervindo por sua identidade de gênero ou mesmo sexualidade.

Esta tentativa de “uniformização” que mistura os dados de “sexo” e “gênero” a favor de uma dita naturalidade, é algo extremamente criticado por biólogos, inclusive, que demonstram por meio de diversos exemplos naturais, que os fatos ostensivos sobre os sexos, naturalizados pelo ser humano (como o simples fato de que existem apenas dois sexos), são errôneos uma vez que a natureza apresenta uma gigantesca diversidade observada nos demais seres vivos. Assim, esta categorização chega a ser simplista diante de uma enormidade de genomas e corporalidades que dentro da própria espécie humana, biologicamente, não se restringem a XY ou XX.

Entretanto, o fato de o CID não levar em consideração esta multiplicidade sexual da natureza revela um esforço de controle farmacopornográfico da reprodução das corporalidades de que trata. Classificando as identidades trans como uma fisiopatologia relacionada à saúde sexual, abre-se precedente para confirmar a ideia de que os corpos não-cis são incapazes de regular a própria capacidade reprodutiva (Preciado, 2018 p.193), consequentemente, alinhando sua existência com a de animais, que além de serem ditos incapazes, são passíveis de controle por uma entidade biológica auto-entitulada superior, no intuito de satisfazer suas necessidades mercantilistas.

Dentro desta mesma categorização, o CID dá uma descrição geral do que seria a “Incongruência de Gênero” e posteriormente, a divide em duas categorias relacionadas à idade da pessoa a quem o “diagnóstico” se destina, fazendo esta divisão pautada na puberdade, e, mais uma vez, misturando dados relativos ao desenvolvimento sexual fisiológico com a identidade de gênero, considerando esta última como uma continuidade “naturalmente” cisgênera do sexo que lhe fora designado ao nascer. Desta forma, o CID cria um estigma que sexualiza a identidade de gênero, atrelando-a ao momento que os corpos passam por modificações que lhes permitem a reprodução. Isto demonstra a incapacidade de pensar o ato sexual, a sexualidade, o dado biológico “sexo” e a identidade de gênero de forma distinta, uma vez que, por mais que os quatro se interseccionem em certos momentos, não são codependentes, ou mesmo relacionados de forma obrigatória.

Para além da categorização por idade, a descrição geral oferecida pelo CID na sessão de “Incongruência de Gênero”, revela duas explicações contraditórias. A primeira, é o fato de que o documento admite que o sexo é uma característica designada, quando diz: “A incongruência de gênero é caracterizada pela persistência marcada de uma incongruência entre a experiência de gênero e o sexo designado de um indivíduo.” (CID-11, versão 04/2019, tradução própria, acesso em 24/07/2020). A segunda explicação é a de que “O comportamento e as preferências das variantes de gênero, por si só, não são uma base para atribuir os diagnósticos neste grupo.” (CID 11, versão 04/2019, tradução própria, acesso em 24/07/2020). O problema desta última observação é o fato de que a própria descrição da dita patologia, é baseada em dados comportamentais performáticos que vêm de um *logos* binarista, sendo assim, esta observação é incongruente com a própria categorização patológica sugerida pelo texto. Algo que ratifica a contradição desta última observação é a sintomatologia listada na seção de incongruência de gênero na infância, na qual é dito que o fato da preferência por brinquedos e brincadeiras que são típicos do outro sexo é um critério para o diagnóstico.

### 5 FASE 3: DISCUSSÃO DOS DADOS

A necessidade humana de definir as existências de forma única, inequívoca, previsível e subtrativa é um projeto colonial de capitalização dos seres vivos, encaixando-os em categorias de corporalidades relevantes e portanto passíveis de luto, e outras desimportantes, portanto passíveis de necropolíticas<sup>17</sup> institucionalizadas.

Para exemplificar isto, podemos falar sobre duas biotécnicas corriqueiras na pecuária moderna. A primeira é a Androgênese de animais, em especial, espécies de peixes que são de interesse comercial. A Androgênese, segundo Santos (2017 p. 20) é um mecanismo de reprodução uniparental no qual a progênie possui material genético exclusivamente

<sup>17</sup> Necropolítica é um conceito cunhado pelo filósofo Achille Mbembe (2018), que trata do poder que um Estado tem de definir políticas de morte, ou seja, políticas que definem a possibilidade e/ou continuidade da vida das pessoas ativamente ou colateralmente de acordo com interesses políticos.

paterno. Isto produz como consequência, indivíduos “monossexo”, ou seja, todos os descendentes da androgênese são obrigatoriamente do sexo masculino, algo que da perspectiva da pecuária é vantajoso, tendo em vista que, em alguns casos, os indivíduos produtores de sêmen são mais valiosos.

A segunda biotécnica, é a Triploidia, que consiste na indução do aumento da carga genética de um ser vivo através de uma interrupção programada da divisão celular. Isto faz com que seja possível produzirmos indivíduos com menor ou nenhuma capacidade reprodutiva, entretanto com uma maior capacidade de conversão de alimento em matéria biológica de interesse comercial. Desta forma, ao eliminar o espaço ocupado pelos órgãos reprodutivos destes animais, ficamos com indivíduos maiores e que, consequentemente, resultam em uma maior quantidade de carne para fins alimentícios.

É no mínimo contraditório perceber que a mesma sociedade que cria e utiliza a ciência e a tecnologia para literalmente para biomanipular os conceitos de sexo e gênero em terceiros é a mesma que nega os direitos individuais de pessoas a seus próprios corpos e identidades. Afinal, tudo depende de quem controla e para que finalidade. Não é segredo q estas técnicas são utilizadas de forma ubíqua e até encorajadas no intuito de produzir um produto vivo padronizado para consumo. Em contrapartida, o uso de biotécnicas de transformação corporal em seres humanos é vista como uma perversão ou corrupção da natureza, mesmo que sejam para (re)designar o gênero de alguém dito patológico.

Esta contradição ocorre, tendo em vista que a sociedade mais-que-animal se vê como a epítome de desenvolvimento corporal. Para eles, o humano deveria ser considerado perfeito em proporções bíblicas e portanto não deveria se sujeitar a mudanças radicais de sua biologia dita “natural”.

Em contraste com esta necessidade de “naturalização”, outras formas de próteses de gênero (Preciado, 2018), ou seja, o uso de procedimentos, substâncias e comportamentos congruentes com o sexo designado no nascimento, são amplamente aceitos e desejados, sejam produtos farmacêuticos, cosméticos, próteses de silicone ou o livrinho de boas maneiras da vovó.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao examinar a configuração semântica destes textos referenciais, percebemos por trás do véu do academicismo dito imparcial, a conotação patologizante em textos que, à *priori*, tinham a função de ser um mero recurso sistematizante de condições relacionadas à saúde. Portanto, a presença das condições chamadas “disforia”, ou “incongruência de gênero” demonstram em si mesmas o *ethos* androcêntrico de que qualquer desvio do binarismo regente é doentio.

A despeito das mudanças<sup>18</sup> promovidas ao longo dos anos tanto nos textos do CID quanto do DSM, embora tenham notável influência das críticas promovidas pelos movimentos LGBTQIAPN+, não se pode afirmar que se tratem de mudanças drásticas e urgentes. Na verdade, em sua maioria, se tratam de mudanças linguísticas que eufemizam a violência promovida aos corpos dos quais se fala. Entretanto, é notável que ainda se limitam a defender a rígida norma hierarquizante, independente das novas nomenclaturas.

Isto, por si só, denota a resistência a críticas daqueles que constroem esses discursos. Contudo, é importante destacar que esta resistência se direciona apenas mecanismos “inválidos” segundo o método que retroalimenta a opressão. Mecanismos como a militância dos movimentos sociais, que, por retratarem a realidade de uma maneira que foge à atitude dita imparcial da metodologia científica, são, sistematicamente, ignorados e invalidados.

A mesma situação não se repete quando se tratam de críticas provenientes de discursos cientificistas progressistas, que repetem a opressão no intuito de contorná-la. Destes, originam-se as poucas mudanças que ocorreram nos últimos anos. Em adição, tendo em vista o apagamento sistemático das vozes dissidentes, encontra-se nesta situação a justificativa da demora do reconhecimento da importância das demandas sociais nos discursos científicos.

Em complemento à análise proposta, a metáfora da “Taxonomia dos Mais-que-animais” teve, por intuito, escancarar os códigos de diferenciação animal/humano/humano-subalternizado a fim de demonstrar, com base na premissa de Audre Lorde (2019), que “não há hierarquia de opressão”, e que hierarquizar os seres é apenas mais uma armadilha que aprisiona os corpos e as mentes em uma existência colonizada.

Portanto, quando o sexo não for mais um critério de hierarquização de seres, a humanidade estará cada vez mais próxima de uma existência multiespécies não-segregante e contrária aos séculos de caça e extermínio às diversidades corporais, de raça, sexo, gênero e espécie.

## REFERÊNCIAS

American Psychiatric Association. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. Porto Alegre, Brasil: Artmed, 2014.

Descola, Philippe. **Outras naturezas, outras culturas**. São Paulo: Editora, v. 34, p. 1914-1991, 2016.

De Tilio, R.; Calegari, G. B. Análise do discurso da patologização da transexualidade. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, 2019, p. 2292-2302.

<sup>18</sup> Mudanças promovidas ao longo do tempo pelos textos citados:

- DSM: 2º versão – Travestismo (1968), 3º versão – Transexualismo (1980), 4º versão – Transtorno de Identidade de Gênero (1994), 5º versão – Disforia de Gênero (2013).
- CID: CID-8 e 9 – Travestismo (1965 - 1975), CID-9 – Travestismo, CID-10 – Transtorno de Identidade de Gênero (1990), CID-11 – Incongruência de Gênero (2018).



Fairclough, Norman. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001 [1992].

Foucault, Michel, 1926-1984. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Edições Loyola, 1996.

Lorde, Audre. Não existe hierarquia de opressão. *In*: **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro, Brasil: Bazar do Tempo, 2019. p. 235-236.

Lugones, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

Maldonado-Torres, N. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. **Revista crítica de ciências sociais**, v. 80, p. 71-114, 2008.

Marx, Karl; Engels, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2007

Mbembe, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

Mignolo, W. D. **Histórias locais-projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte, Brasil, Editora UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 32, p. e329402, 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação Internacional de Doenças para Estatísticas de Saúde e Problemas Relacionados à Saúde (CID-11)**. Genebra: OMS, 2019. Disponível em: <https://icd.who.int/en/>. Acesso em: 9 out. 2024.

Preciado, B. **Manifesto Contrassexual**. São Paulo, Brasil. N-1 Edições, 2014.

Preciado, P. B. **Testo junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo, Brasil. N-1 edições, 2018.

Quijano, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In*: **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino americanas. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005. p. 117-142.

Ramalho, V; Resende, V de M. **Análise de discurso (para a) crítica**: O texto como material de pesquisa. Campinas, Brasil: Pontes Editores, 2011.

Resende, V. Ramalho, V. C. V. S. **Análise de discurso crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas**: implicações teórico-metodológicas. Linguagem em (Dis) curso, 2010. p. 185-208.

Ribeiro, Djamila. **O que é**: lugar de fala? Belo Horizonte(MG): Letramento: Justificando, 2017

Roughgarden, Joan. **Evolution's rainbow**: diversity, gender, and sexuality in nature and people. London, England: University of California Press, Ltd, 2004.

Santos, Matheus Pereira dos. **Androgênese em Astyanax altiparanae**: Ferramenta de Reconstituição em Peixes (Tese de Doutorado) Universidade Estadual Paulista (UNESP) Jaboaticabal, São Paulo, Brasil, 2017.

Singer, Peter. **Libertação Animal**. São Paulo, Brasil: Martins Fontes, 2010.

Vergueiro, V. **Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial**. In: MESSEDER, S., 2016.

Castro, M.G e Moutinho, L., orgs. **Enlaçando sexualidades**: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero. Salvador, Brasil: EDUFBA, 2016.

Recebido em: 15/10/2024

Aceito em: 23/01/2025